

HABITAR TRANSITÓRIO

UM SUPORTE À VULNERABILIDADE HABITACIONAL
E IMPACTO DOS DESASTRES // CAXIAS DO SUL/RS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO

HABITAR TRANSITÓRIO

UM SUPORTE À VULNERABILIDADE HABITACIONAL
E IMPACTO DOS DESASTRES - CAXIAS DO SUL/RS

TCC 2017/1

TAINARA COMIOTTO
ORIENTADO POR ANA ELÍSIA DA COSTA

ANA ELÍSIA DA COSTA, por guiar
ELOISA GIAZZON, por ensinar
GELSON COMIOTTO, por acreditar
ROSANGELA CANUTO, por acompanhar
PHILIPPO CHIES, por incentivar
BRENA OLIVEIRA, por compartilhar

E todas pessoas e amigos, que de alguma forma, se envolveram e acreditaram.

// AGRADECIMENTOS 

ÍNDICE //

| | |
|----------------------------------|---------|
| // INTRODUÇÃO | 01 - 02 |
| // PROBLEMATIZAÇÃO | 03 - 04 |
| // OBJETIVOS | 05 |
| // CAXIAS DO SUL | 06 |
| // CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | 07 |
| // ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | 07 - 08 |
| // ÁREAS DE RISCO | 08 |
| // OCORRÊNCIA DE DESASTRES | 09 |
| // ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO | 10 |
| // ÁREA DE INTERVENÇÃO | 11 - 12 |
| // POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES | 13 - 14 |
| // LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO | 15 |
| // JUSTIFICATIVA DA ÁREA | 16 - 18 |
| // PROGRAMA DE NECESSIDADES | 19 - 22 |
| // FLUXOGRAMA | 23 |
| // PÚBLICO ALVO | 24 |
| // DEFINIÇÕES GERAIS | 25 |
| // FONTES DE INFORMAÇÕES | 26 - 27 |
| // HISTÓRICO ESCOLAR | 28 - 29 |
| // PORTFÓLIO | 30 - 32 |

// INTRODUÇÃO

O rápido processo de urbanização descolado do planejamento do território determinou um crescimento desordenado das cidades brasileiras, que hoje enfrentam grandes problemas relacionados à falta de infraestrutura e pouca disponibilidade de terra acessível. A ineficiência das políticas públicas na garantia do direito de acesso à terra urbanizada, principalmente às camadas mais pobres da população, favorece o surgimento de diferentes realidades habitacionais, como os assentamentos precários. A exposição aos perigos dos desastres está associado diretamente às formas de ocupação do solo e neste cenário, parte considerável da população se viu obrigada a ocupar áreas impróprias para fins de moradia, com características geográficas e geológicas desfavoráveis, tais como encostas íngremes, margens de cursos d'água, entre outras. Essas áreas são rejeitadas pelo mercado imobiliário e dessa forma "disponibilizadas" a usos inadequados.



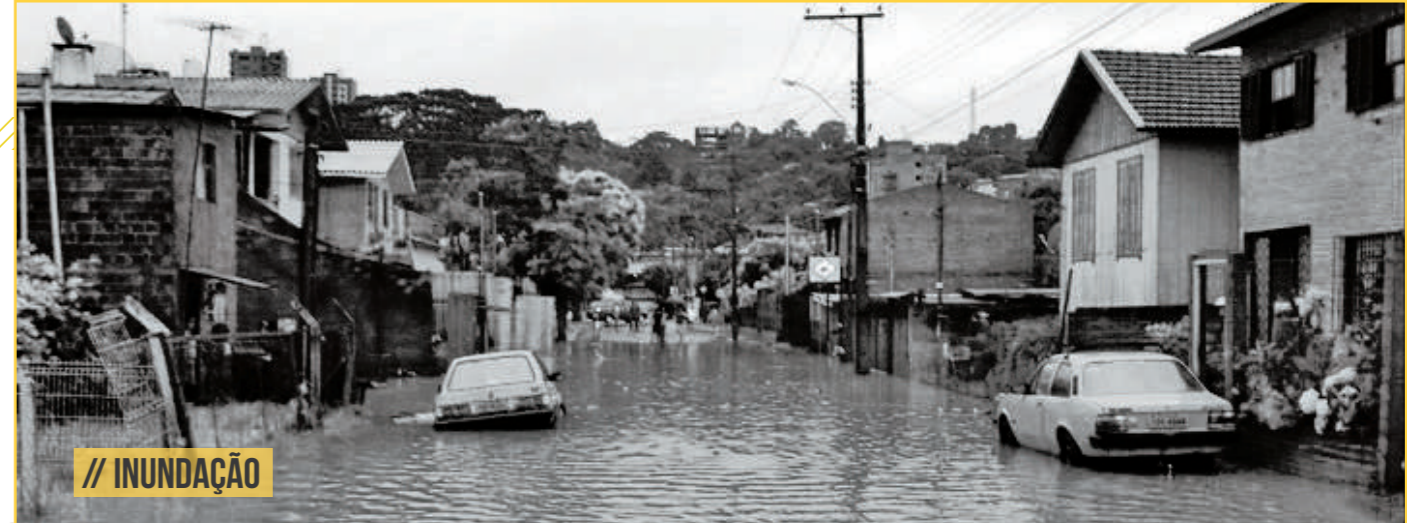
01

O uso desigual e injusto do solo das nossas cidades configura um cenário catastrófico em relação aos impactos dos desastres naturais, realidade cada vez mais frequente no cotidiano das pessoas.

Nesse contexto, o planejamento urbano, bem como a arquitetura, são ferramentas importantes para incidir nas desigualdades expressas no território, na medida em que são capazes de evitar a ocupação de áreas suscetíveis a desastres e promover o acesso à moradia digna e segura a todos. Atualmente, as cidades enfrentam o desafio na implementação de políticas públicas eficientes e integradas que consigam incidir no território de maneira efetiva. É preciso promover e implantar programas e projetos que visem suprir as demandas do déficit habitacional, através da produção de novas moradias e programas de regularização fundiária, como forma de garantir a democratização do espaço urbano.

Enquanto os municípios não conseguem superar essa lógica de segregação socioespacial, observa-se como resultado o aumento significativo da precariedade das moradias e do número de desabrigados em decorrência dos desastres. Portanto, torna-se evidente a necessidade dos municípios de fornecer abrigo e proteção a essas famílias vulneráveis, enquanto os cenários são reconstituídos, tanto no pós-desastre, quanto nas ações de qualificação urbana.

Com base nessa reflexão, o **tema** deste trabalho é habitação social e o **objeto de estudo** um complexo de habitação transitória que dê suporte à vulnerabilidade habitacional e ao impacto de desastres proposto para o município de Caxias do Sul/RS.



// INUNDAÇÃO



// DESLIZAMENTO



// VENDAVAL

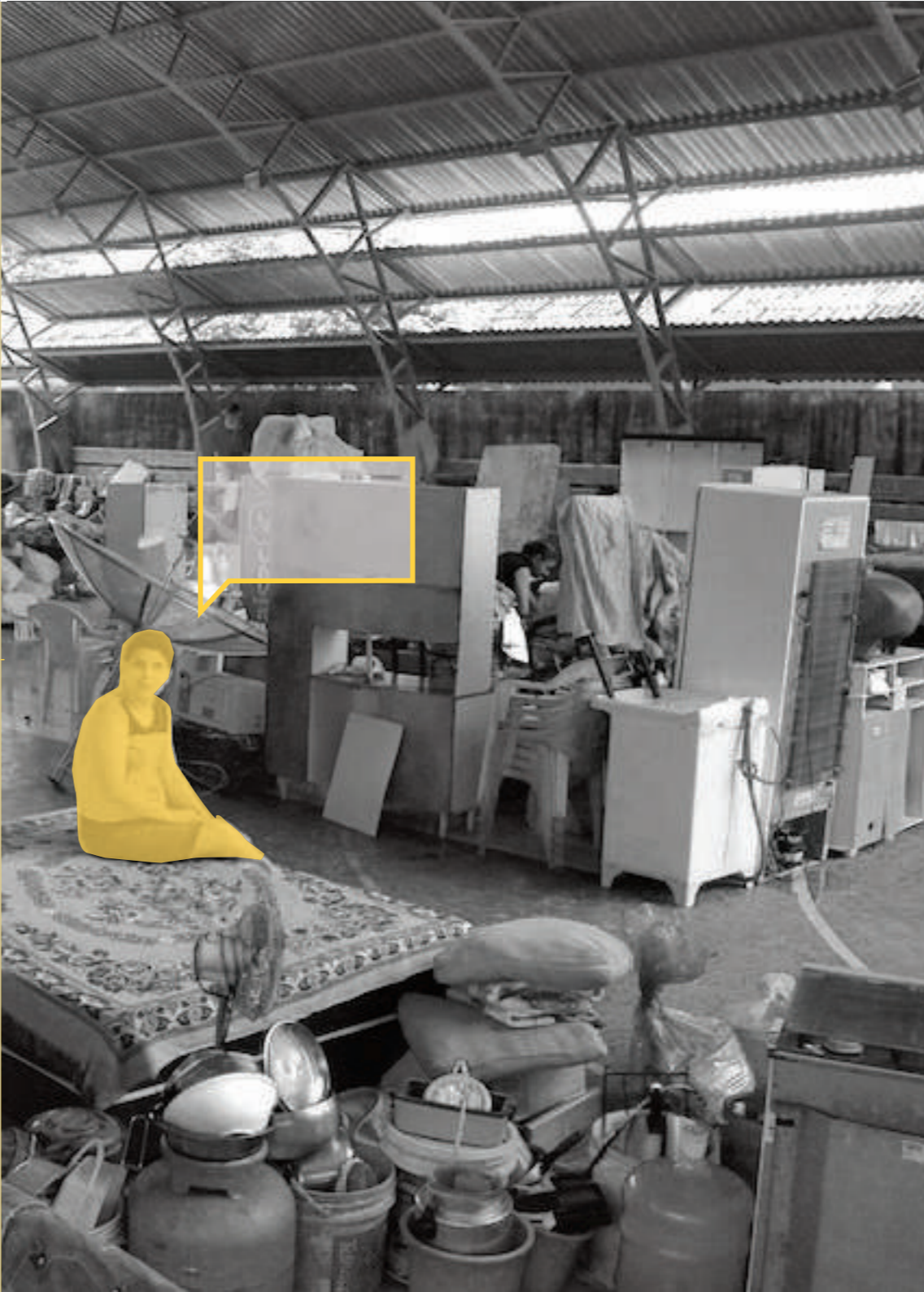
02

// PROBLEMATIZAÇÃO

O aumento significativo de ocorrências de eventos relacionados a desastres naturais no Brasil e os impactos gerados refletem a falta de ações de prevenção e de preparo do poder público no atendimento das situações emergenciais. As cidades não são preparadas para promover abrigos emergenciais adequados às famílias, tanto no pós-desastre, quanto no suporte às ações da política habitacional que visam a qualificação dos assentamentos precários.

Como subsídio a essas famílias, as práticas comumente adotadas pelos municípios acabam por promover abrigos temporários/emergenciais mal planejados. Grandes acampamentos são implantados em ginásios, escolas, clubes ou outros locais, sem infraestrutura adequada para atender as necessidades básicas dos usuários. Não raro, constroem-se albergues provisórios com materiais de baixa qualidade e muitas vezes sem condições mínimas habitabilidade.

Os abrigos temporários tal como são administrados hoje no Brasil revelam-se como um misto de campo de concentração e campo de refugiado, um lugar que, numa perspectiva higienista, é criado para confinar os losers, ali privados do último fio de sua privacidade e dignidade como pessoa humana. Em seguida, brutalizando os que ali vivem em desesperança, os abrigos sofrem abandono pelo ente público – revelado pela diminuição das providências de atendimento imediato e também pelas providências de soluções habitacionais duradouras – culminando em estigmatização do grupo pela vizinhança que exige sua expulsão, a morte social levada ao paroxismo. (VALENCIO et al., 2009)



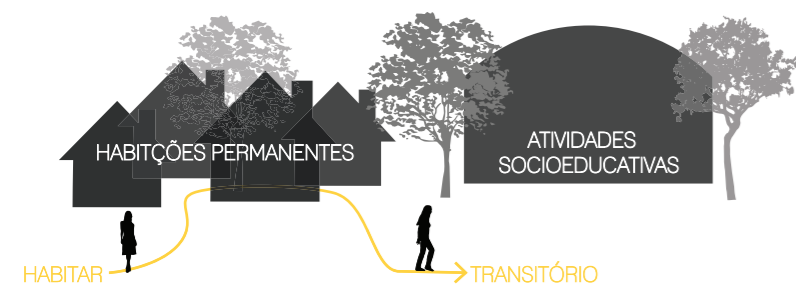
Evidencia-se a necessidade de mudança nas práticas atuais adotadas com intuito de promover um planejamento prévio, por parte dos municípios, na promoção do acolhimento e abrigo adequado aos afetados, enquanto são viabilizadas alternativas para cada situação (aluguel social, melhorias na moradia, reassentamentos, etc.).

Diante deste cenário, o trabalho de conclusão de curso buscou uma reflexão crítica, através do exercício teórico e de projeto, sobre a cultura e as práticas adotadas como subsídio à essas famílias em situações de vulnerabilidade habitacional, principalmente à aquelas impactadas pela ocorrência de desastres.

// OBJETIVOS

GERAL

Propor equipamento público permanente destinado ao habitar transitório, como alternativa de abrigo em situações de caráter emergencial. O “habitar” é entendido de modo amplo envolvendo não só abrigo habitacional, mas também a oferta de espaços socioeducativos, o que representa uma crítica às práticas inadequadas, comumente adotadas pelos municípios brasileiros. A alternativa adotada, embora passível de aplicação nas demais cidades, tem como objeto de estudo a implantação desse equipamento no município de Caxias do Sul.



ESPECÍFICO



Promover habitação permanente com condição adequada de habitabilidade para as famílias abrigadas provisoriamente



Disponibilizar espaços para atividades socioeducativas voltadas à capacitação, bem-estar e crescimento pessoal e à integração social, preparando o público-alvo para a reinserção e retorno à comunidade



Promover a integração física e social do equipamento público com entorno



CAXIAS DO SUL

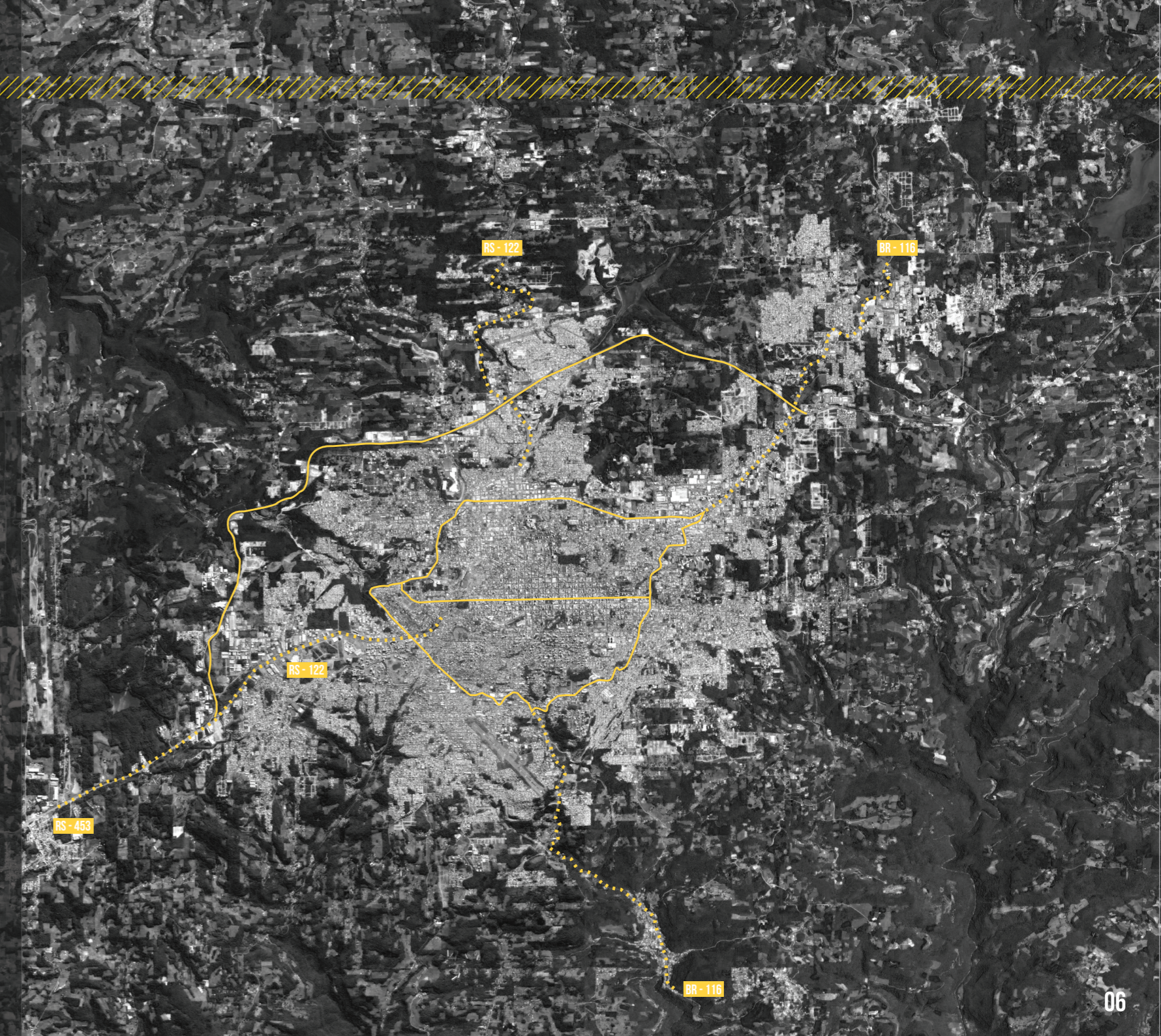


479 APROX. MIL HABITANTES ESTIMATIVA IBGE 2016

2º LUGAR EM POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

125 KM DE PORTO ALEGRE

POLO ECONÔMICO REGIÃO METROPOLITANA DA SERRA GAÚCHA



// RELAÇÕES ENTRE PROGRAMA E SÍTI

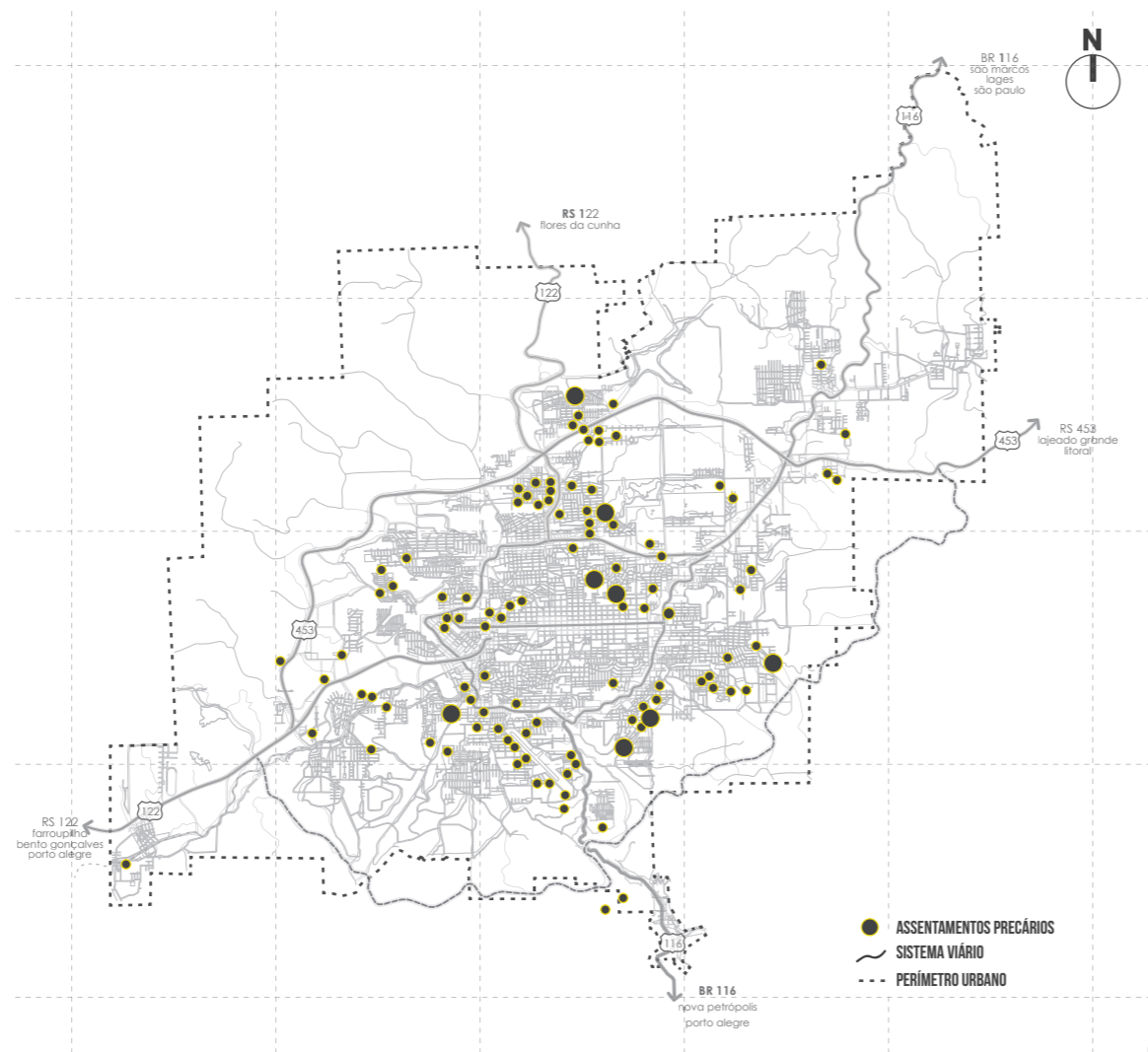
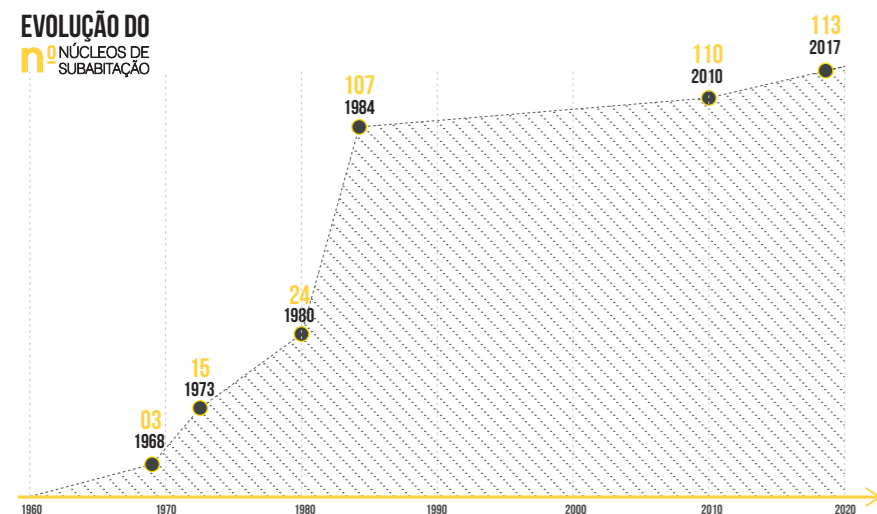
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O rápido crescimento econômico e industrial de Caxias do Sul despertou interesse das pessoas em busca de oportunidades de trabalho, sofrendo um processo intenso de migrações. A migração torna-se uma ilusão, na medida em que nem todos conseguem se inserir no mercado de trabalho e, por consequência, enfrentam a falta de acesso à moradia adequada no mercado formal. Diante disso, as ocupações informais tornam-se a saída para essa população em vulnerabilidade social. A **crise habitacional** no município está fortemente ligado ao **rápido desenvolvimento industrial** da região, visto que já em 1940 Caxias do Sul tornou-se predominantemente urbano e, em 1968, surgiram os primeiros núcleos de subabitação.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS / NÚCLEOS DE SUBABITAÇÃO

As facilidades de acesso e escoamento da produção, trazidas pela construção da BR-116, impulsionou a implantação das indústrias ao seu redor. A classe operária atraída pelas possibilidades de emprego, instalou-se no entorno desses grandes complexos fabris, formando os primeiros aglomerados subnormais da cidade.

Atualmente, a ocupação precária do território da cidade, configurando núcleos de subabitação, vem ocorrendo, predominantemente, em áreas periféricas e de topografia íngreme, onde o mercado informal é mais acessível às populações de baixa renda. Essa afirmativa é demonstrada pela constante expansão do perímetro urbano para essas áreas.



CARACTERÍSTICAS // ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

89% PROPRIEDADE EM ÁREAS DE DO MUNICÍPIO

04% EM ÁREAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

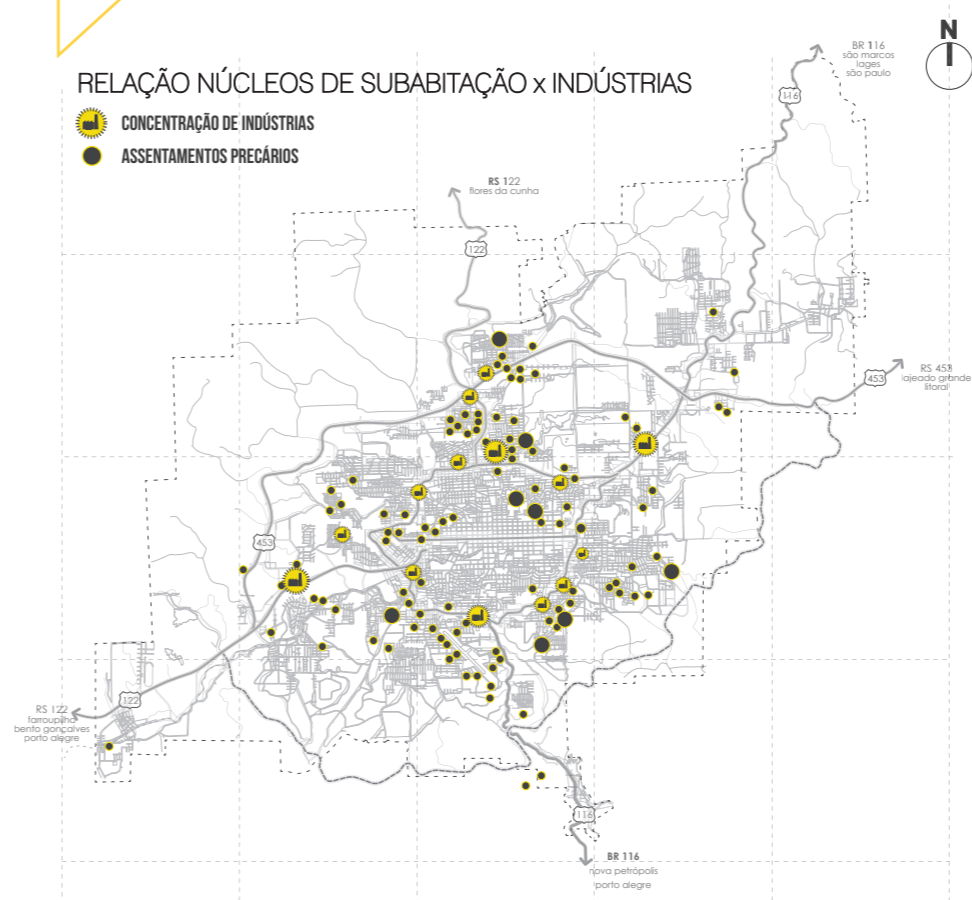
02% EM TERRAS DA UNIÃO

APENAS 05% LOCALIZADOS EM ÁREAS PARTICULARES

* FONTE: PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (UCS, 2010)

RELAÇÃO NÚCLEOS DE SUBABITAÇÃO x INDÚSTRIAS

- ☀️ CONCENTRAÇÃO DE INDÚSTRIAS
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS



ÁREAS DE RISCO

Historicamente, a falta de planejamento das cidades que sofrem com rápidos processos de urbanização acaba por desconsiderar o risco, desenvolvendo-se sobre porções inadequadas do território.

Em Caxias do Sul, as condições topográficas impróprias não aproveitadas pelo mercado imobiliário, quando ocupadas, configuram-se como áreas de risco.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Riscos de Caxias do Sul (2006), a população mais vulnerável habita as áreas de maiores riscos geológicos da cidade.

PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RISCOS // 2006

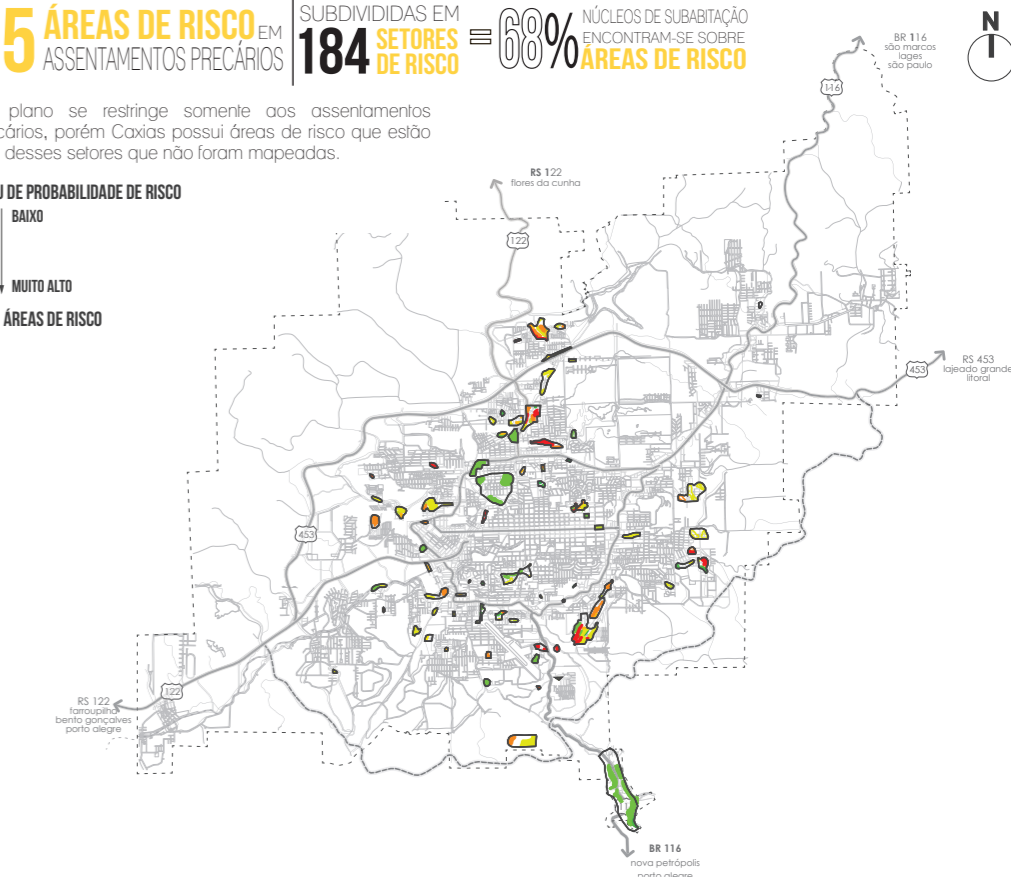
75 ÁREAS DE RISCO EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

SUBDIVIDIDAS EM **184** SETORES DE RISCO

≡ **60%** NÚCLEOS DE SUBABITAÇÃO ENCONTRAM-SE SOBRE ÁREAS DE RISCO

*O plano se restringe somente aos assentamentos precários, porém Caxias possui áreas de risco que estão fora desses setores que não foram mapeadas.

- GRAU DE PROBABILIDADE DE RISCO
- BAIXO
 - MUITO ALTO
 - ÁREAS DE RISCO



// RELAÇÕES ENTRE PROGRAMA E SÍTI

OCORRÊNCIAS DE DESASTRES

A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, bem como o Plano Municipal de Redução de Riscos, não possuem arquivos relacionados aos registros de ocorrências de desastres. Para identificar as áreas de maior vulnerabilidade aos desastres, realizou-se uma pesquisa de ocorrências, através dos registros da Secretaria de Habitação, mídia, jornais e trabalhos acadêmicos. Apesar do levantamento possuir limitações, foi possível identificar 482 ocorrências, entre deslizamentos, alagamentos/enxurradas e vendavais entre 1980 a 2017. Após localização das ocorrências por bairros, ficou evidente que esses eventos estão espalhados por toda cidade, atingindo 57 dos 65 bairros da cidade.

RANKING DE OCORRÊNCIAS

BAIRROS COM MAIOR REGISTRO EM CADA SITUAÇÃO

DESLIZAMENTO

| | |
|------------------|----|
| BELA VISTA | 07 |
| CRISTO RED. | 06 |
| CRUZEIRO | 12 |
| N. SRA. FÁTIMA | 11 |
| PLANALTO | 07 |
| SANTA CATARINA | 09 |
| SANTA FÉ | 17 |
| SÃO JOSÉ | 05 |
| SÃO VICTOR COHAB | 11 |

ALAGAMENTO /ENXURRADA

| | |
|----------------|----|
| ESPLANADA | 13 |
| N. SRA. FÁTIMA | 23 |
| MAL. FLORIANO | 15 |
| PIO X | 14 |
| PLANALTO | 10 |
| SANTA CATARINA | 37 |
| SANTA FÉ | 15 |
| SÃO JOSÉ | 29 |
| SERRANO | 09 |

* Não foi possível fazer o levantamento do número de incêndios, porém é um evento que ocorre com muita frequência no município.

VENDAVAL

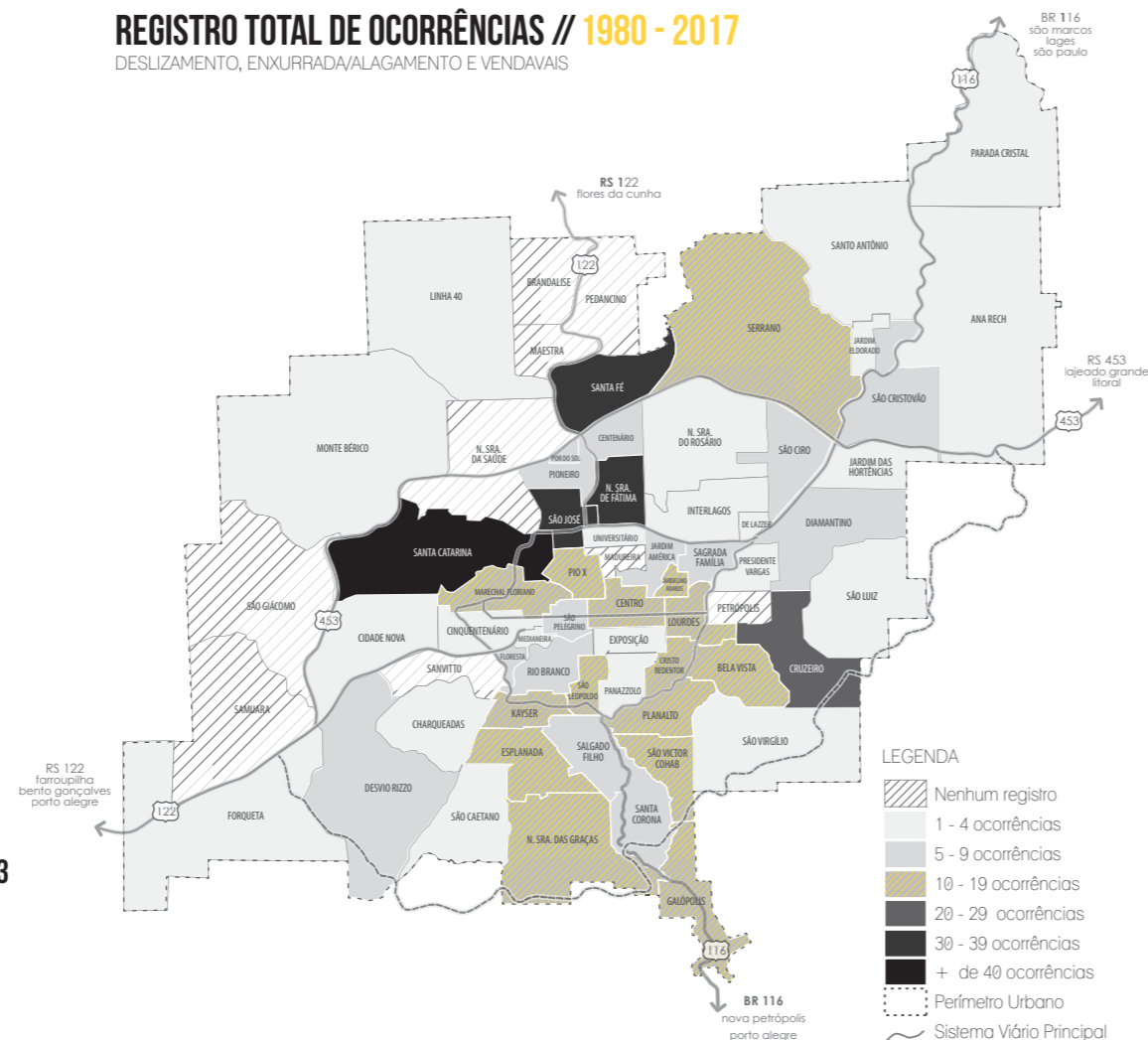
| | |
|--------------------|----|
| N. SRA. DE LOURDES | 01 |
| PANAZZOLO | 01 |
| PLANALTO | 01 |
| RIO BRANCO | 01 |
| SANTA CATARINA | 01 |
| SÃO JOSÉ | 01 |
| SÃO PELEGRINO | 02 |
| SÃO VICTOR COHAB | 01 |
| SERRANO | 01 |

REGISTRO TOTAL EVENTOS

| | |
|----------------|----|
| BELA VISTA | 15 |
| CRUZEIRO | 20 |
| ESPLANADA | 15 |
| N. SRA. FÁTIMA | 34 |
| PIO X | 15 |
| PLANALTO | 15 |
| SANTA CATARINA | 43 |
| SANTA FÉ | 31 |
| SÃO JOSÉ | 35 |

REGISTRO TOTAL DE OCORRÊNCIAS // 1980 - 2017

DESLIZAMENTO, ENXURRADA/ALAGAMENTO E VENDAVAIS



ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

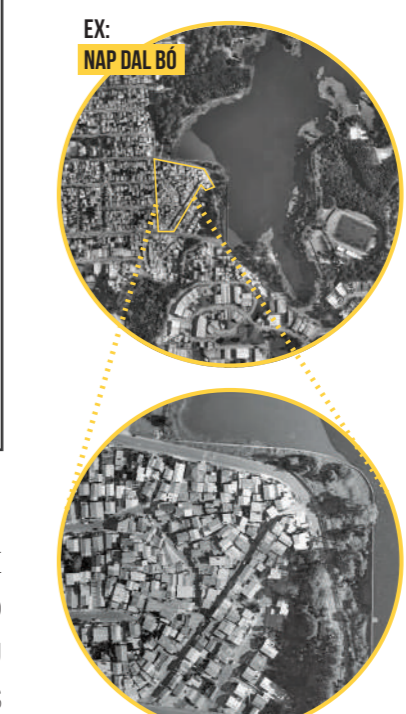
Embora as políticas habitacionais do município se mantiveram ativas, identificando-se períodos significativos de produção de habitações de interesse social, o déficit habitacional de Caxias do Sul sempre se manteve progressivo, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Caxias do Sul (PLHIS). Isso se deve ao fato da cidade atrair constantemente migrações, sendo a serra gaúcha a região que mais cresceu proporcionalmente em número de habitantes. Nesse contexto, apesar de não se identificar um aumento significativo do número de assentamentos precários, observa-se um crescimento contínuo relacionado à população que neles habita.



A Secretaria de Habitação implantou 03 programas como forma de suprir as demandas do déficit habitacional. Enquanto a política habitacional viabiliza a produção de moradias adequadas, os programas 02 e 03 demandam formas de abrigo temporário às em situações de emergência e/ou àquelas inclusas no programa de regularização fundiária.

01. PRODUÇÃO DE LOTES E UNIDADES HABITACIONAIS = **02.** ATENDIMENTO A SITUAÇÕES EMERGENCIAS + **03.** REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

HISTORICAMENTE O MUNICÍPIO DEMONSTRA A NECESSIDADE E A DEMANDA POR EQUIPAMENTO PÚBLICO DE ATENDIMENTO E ABRIGO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE HABITACIONAL E/OU ÀQUELAS IMPACTADAS PELA OCORRÊNCIAS DE DESASTRES



TENTATIVAS DO PODER PÚBLICO

Reconhecida a necessidade e demanda do município por abrigo às famílias em situação de vulnerabilidade, Caxias tentou dar assistência através da criação de dois Núcleos de Assentamentos Provisórios (NAP), onde construiu-se casas de madeira de 20m². Ambas tentativas falharam e acabaram por se tornar empreendimentos habitacionais permanentes. Essa consolidação se deve à falta de fiscalização do poder público, não garantindo o caráter provisório das edificações, bem como o atendimento necessário aos usuários.

PROVISÓRIO → PERMANENTE

AUSÊNCIA DE CONTROLE E ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

// ÁREA DE INTERVENÇÃO

As áreas industriais da cidade possuem significativa relação com a configuração espacial do território, uma vez que se torna evidente que a localização das subabitações seguiram a lógica de moradia-trabalho.

Com o passar dos anos, as cidades de economia industrial passaram por importantes transformações, destacando-se o frequente abandono desses complexos fabris - principalmente aqueles localizados em áreas centrais, dificultadas pelo escoamento da produção. Esses edifícios englobados pela malha urbana, muitas vezes sem qualquer qualidade arquitetônica ou histórica, hoje se encontram abandonados em áreas privilegiadas da cidade, ficando assim à mercê dos interesses do mercado imobiliário.

Nesse sentido, o recorte urbano para intervenção compreende uma parte de um complexo industrial, atualmente, subutilizado em uma área importante e articuladora da cidade. Evidencia-se a necessidade de ocupação desses espaços ociosos, afim de exercerem funções sociais na cidade. Sendo assim, a intervenção busca resgatar a relação de habitação nas proximidades das indústrias e promover a qualificação de seus espaços, bem como, seus entornos.



CAXIAS DO SUL

SÃO MARCOS
BR-116

MADEIREIRA MADEZATTI S/A

FUNDAÇÃO:
julho / 1948

LOCALIZAÇÃO:
rua José Bisol, 1567
n. sra. Lourdes - Caxias do Sul/RS

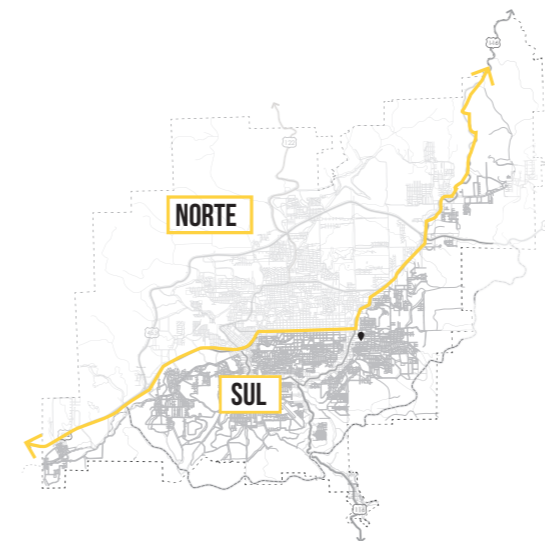
ATIVIDADES:
1º indústria extrativa de madeira
2º construção de casas populares de madeira
3º construção de edificações industrializadas

AUGE:
décadas 70 / 80 - considerada a maior empresa de pré-fabricados da América Latina

BR-116
NOVA PETRÓPOLIS
PORTO ALEGRE

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Como apresentado anteriormente, a distribuição tanto dos assentamentos precários/vulnerabilidade social, quanto as áreas de risco e ocorrência de desastres, estão espalhadas por toda a cidade. Sendo assim, julga-se necessário a implantação de dois equipamentos na cidade - um que atenda a região norte e outro que atenda a região sul, tendo como divisor a BR-116 e RS - 122.



RS 122
farroupilha
bento gonçalves
porto alegre

! PROXIMIDADE DAS ÁREAS DE RISCO

Essas áreas possuem ameaças (deslizamentos e rupturas estruturais), demandando algumas remoções

PRÓX. NÚCLEOS SUBABITAÇÃO

A proximidade dessas áreas mais vulneráveis da cidade permite um fácil atendimento às famílias

PRÓX. DE ÁREAS DEMARCADAS COMO ZEIS

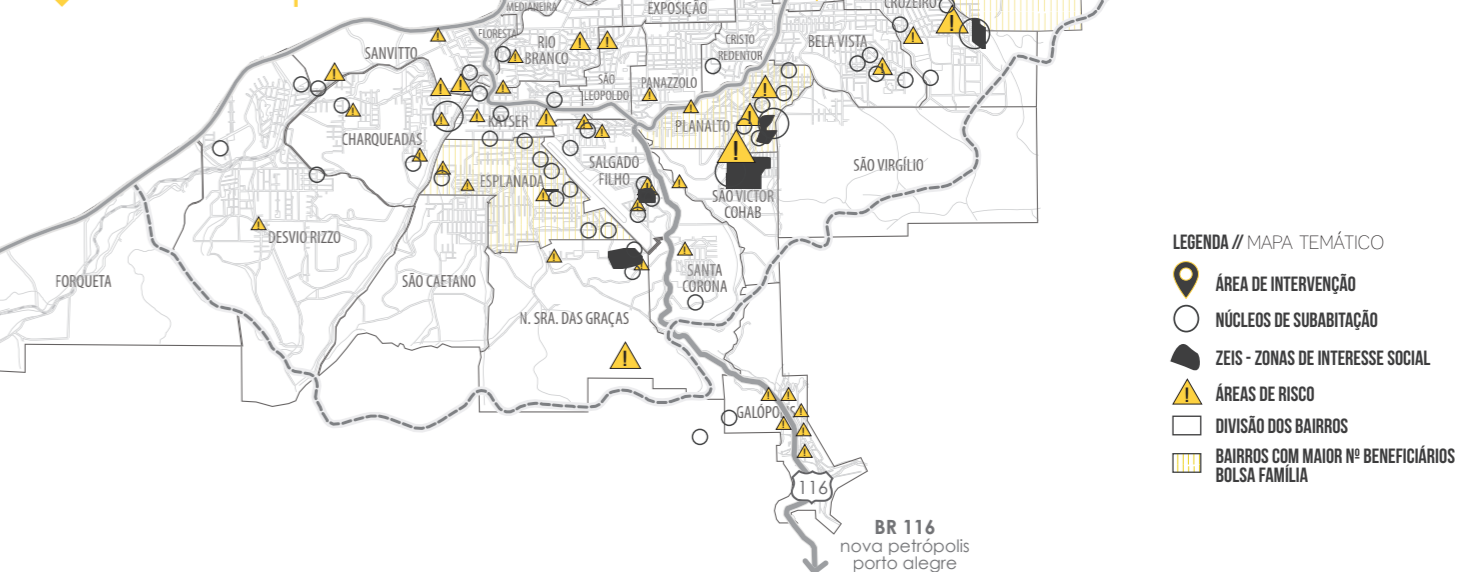
São áreas de prioridade para o programa de regularização fundiária e para recuperação urbanística de assentamentos precários

↓ \$ PRÓXIMO ÁREAS DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL / BOLSA FAMÍLIA

Conforme dados fornecidos pela Fundação de Assistência Social (FAS), identificou-se os bairros de maior vulnerabilidade social, ou seja, aqueles possuem maior número de famílias beneficiadas pelo bolsa família - programa de transferência de renda direcionado às famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza

| | |
|----------------|-----|
| CHARQUEADAS | 265 |
| CRUZEIRO | 175 |
| DESVIO RIZZO | 207 |
| ESPLANADA | 626 |
| KAYSER | 170 |
| N. SRA. GRAÇAS | 248 |
| PLANALTO | 344 |
| SÃO LUIZ | 359 |
| S. V. COHAB | 180 |

= ↓ DESLOCAMENTOS ↑ ATENDIMENTOS



LEGENDA // MAPA TEMÁTICO

- ÁREA DE INTERVENÇÃO
- NÚCLEOS DE SUBABITAÇÃO
- ZEIS - ZONAS DE INTERESSE SOCIAL
- ÁREAS DE RISCO
- DIVISÃO DOS BAIRROS
- BAIRROS COM MAIOR Nº BENEFICIÁRIOS BOLSA FAMÍLIA

BR 116
nova petrópolis
porto alegre

BR 116
são marcos
lages
são paulo



RS 453
lajeado grande
litoral

// ÁREA DE INTERVENÇÃO

POTENCIALIDADES

A localização do equipamento leva em consideração a proximidade com os pontos-chaves de demanda do projeto, visando a facilidade no atendimento aos abrigados e minimizando assim o deslocamento das famílias. Além disso, por estar localizada em área próxima da BR-116 e terminal de transporte público, o terreno escolhido possui boa acessibilidade, facilitando a chegada e saída dos usuários. A ocupação de um espaço subutilizado promove a diversidade de uso no quarteirão, estimulando o fluxo interno, pouco evidente atualmente.

LIMITAÇÕES

A malha viária antiga e ortogonal da cidade acabou por configurar quarteirões superdimensionados que vencem grandes desníveis, devido a topografia acidentada da cidade. Além do quarteirão não aproveitar todo seu potencial construtivo, possui algumas barreiras visuais, como as interfaces com o cemitério e as longas paredes cegas do espaço fabril da madeiraira. As barreiras visuais e as longas distâncias percorridas geram insegurança aos pedestres. Portanto, essas limitações demonstram a necessidade de reconfiguração espacial do quarteirão, de modo a promover pontos atrativos e mais rotas aos pedestres.



A densificação de edificações é observada próximo a BR-116 e, por contraposição, no sentido interior do bairro, encontra-se grandes vazios e áreas desocupadas. Os grãos maiores - pavilhões industriais e colégio - destacam-se das residências. Apesar da grande quantidade de espaços vazios, o bairro não oferece áreas públicas de lazer.

A zona onde se encontra o terreno é predominantemente ocupada por usos de caráter residencial. Às margens da BR-116 e ao longo da principal rua Luiz Michelon, observa-se diversos usos comerciais e edificações mistas. Porém, no quarteirão do terreno evidencia-se a falta de pontos atrativos, a pouca diversidade de usos e principalmente o caráter industrial e prédios subutilizados. Verifica-se apenas alguns comércios pontuais e poucas edificações de uso misto. Destaca-se também, no contexto do quarteirão, a área ocupada pelo cemitério.

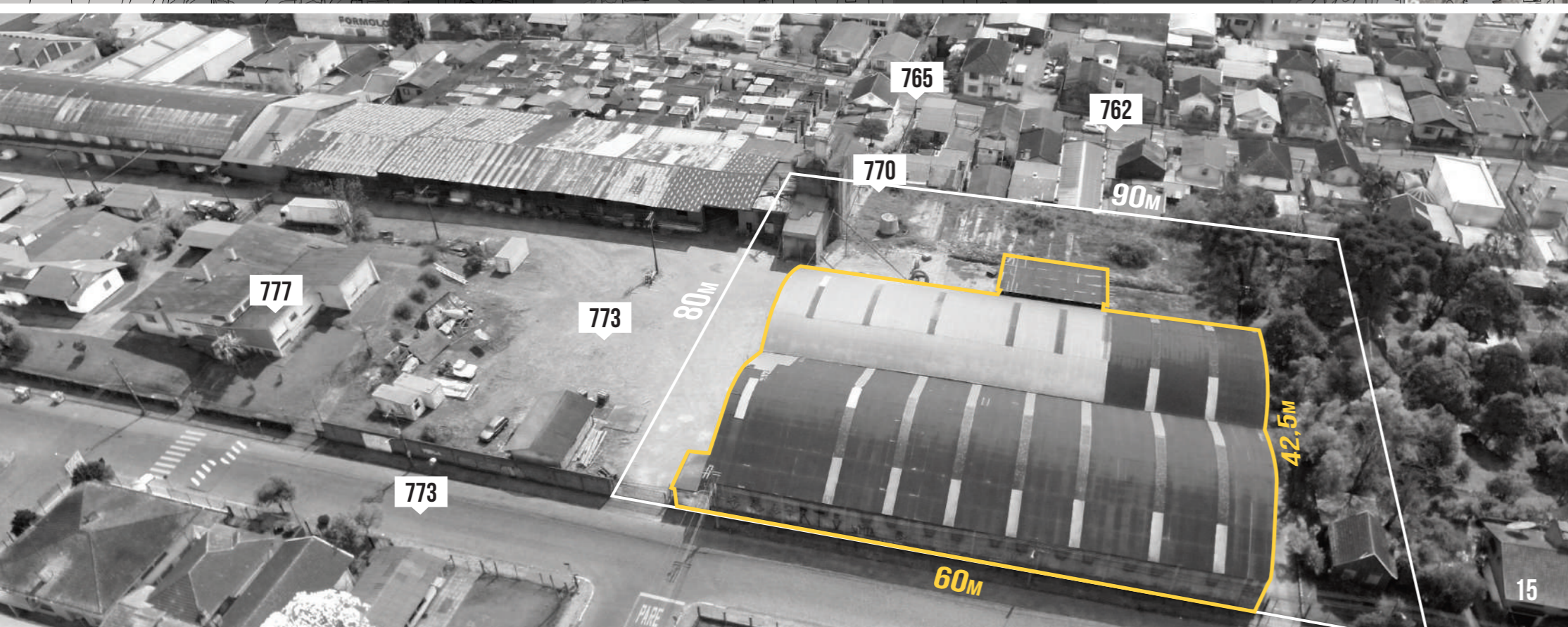
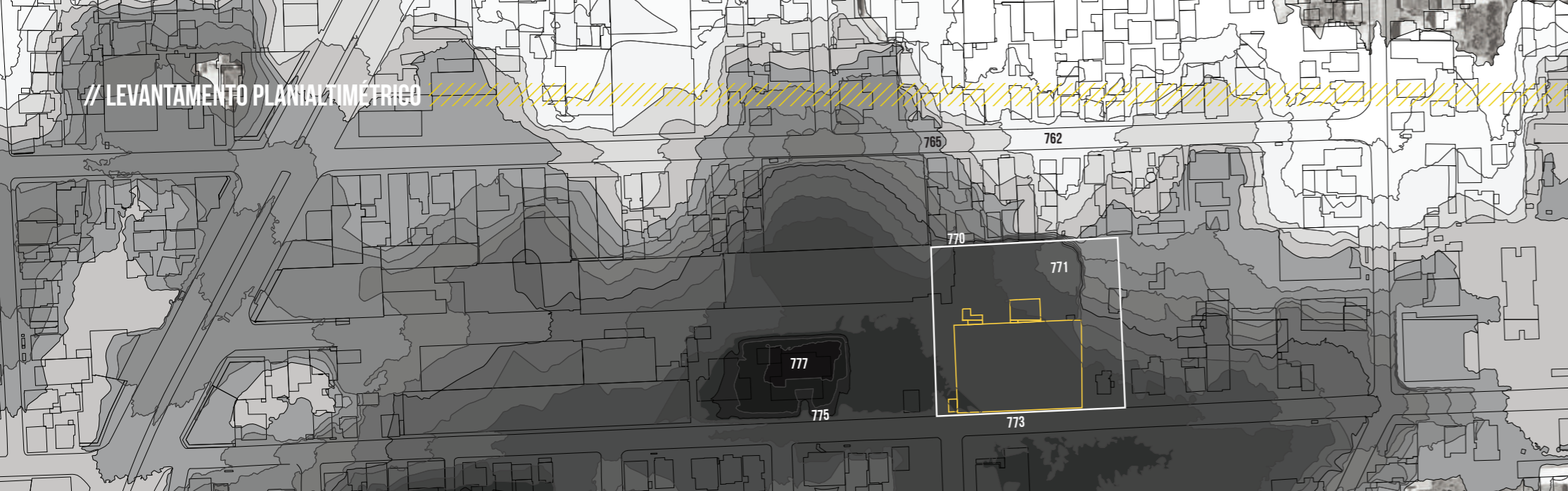
Com exceção da BR-116, as ruas que circundam o quarteirão do terreno não possuem fluxos exagerados de veículos, tendo picos de intenso tráfego, principalmente no fim da tarde. Já a BR-116 possui um fluxo intenso de veículos constantemente, visto que é um acesso importante de chegada e saída da cidade. O fluxo peatonal no entorno é baixo e se restringe aos usuários do bairro e à movimentação causada pela escola que encontra-se próxima ao terreno de intervenção.

área de intervenção
// CHEIOS E VAZIOS

institucional
misto
comercial
residencial
cemitério
espaço subutilizado
madeiraira Madezatti
// USOS DO SOLO

paradas de ônibus
intenso tráfego
// FLUXOS





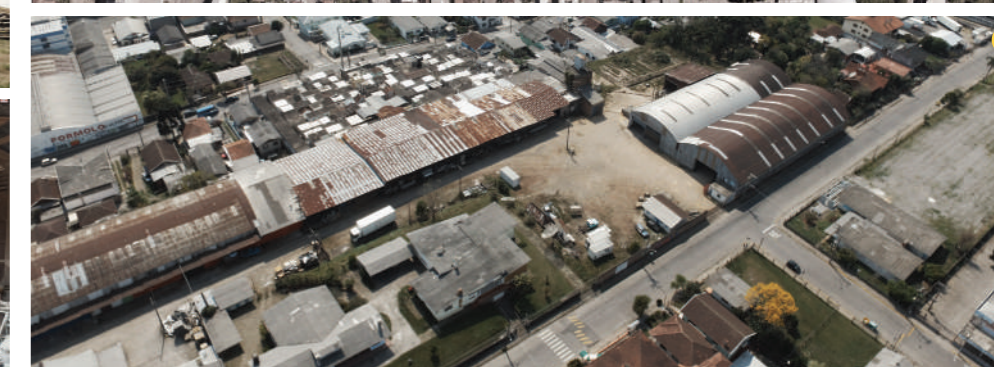
PRÉ-EXISTÊNCIA / GALPÃO INDUSTRIAL

O galpão, apesar de não apresentar valor arquitetônico, pode revelar um forte valor simbólico, vinculado à cultura industrial do bairro e da cidade. Construído na década de 80, como extensão da Madeireira Madezatti, hoje funciona apenas como estocagem da madeira de exportação. Suas atividades pouco representativas não exploram todo seu potencial arquitetônico e construtivo.



PRESERVAÇÃO DO COMPLEXO FABRIL

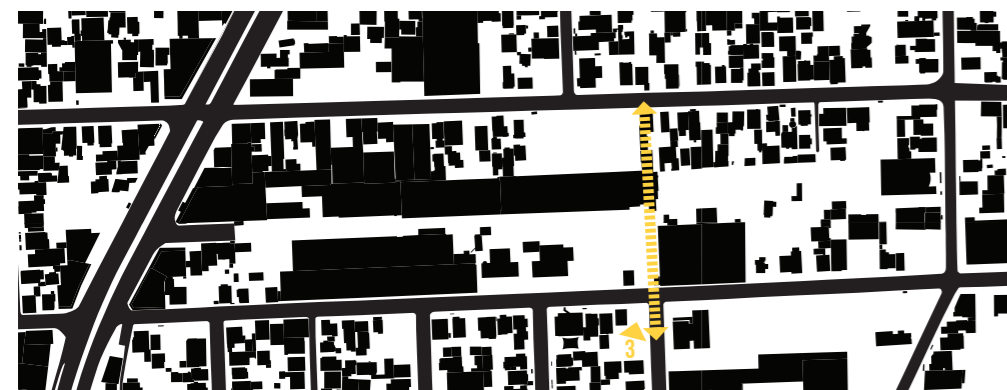
A posição periférica do galpão facilita o recorte de intervenção, individualizando seu espaço. Preserva-se a área industrial pertencente à Madeireira Madezatti para futuros empreendimentos. O equipamento proposto cria um ponto atrator capaz de reconfigurar o espaço do quarteirão sem interferir nas atividades, fluxos e acessos industriais existentes.



// JUSTIFICATIVA DA ÁREA

EIXO PEATONAL

A quadra superdimensionada, resquício da malha viária antiga da cidade, oferece insegurança aos pedestres. Identifica-se um potencial de eixo de circulação, rompendo a grande extensão da quadra. A abertura de um eixo peatonal, que vença o grande desnível entre as ruas adjacentes, aumentará a acessibilidade e facilitará os deslocamentos até os pontos de transporte público.



DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREA VERDE

Devido à carência de praças e parques no bairro, optou-se pela apropriação de área verde, com baixa ocupação, para disponibilizar um espaço público de lazer à comunidade local. O complexo associado à área verde proposta, aumenta sua visibilidade e integração com a comunidade local.



HABITAÇÕES

As habitações buscarão promover a privacidade e individualização das famílias, remetendo à memória do aconchego de suas casas, enquanto é viabilizado o retorno das famílias

QUALIFICAÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

A criação do complexo público não servirá apenas como espaço de convivência e bem-estar, mas também como articulador dos espaços de encontro entre a comunidade local e às famílias atendidas, estreitando a relação dessas pessoas com a sociedade



Além da administração do equipamento, possui a função de cadastramento e encaminhamentos para assistência das famílias

01. ADMINISTRAÇÃO

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M²) | TOTAL (M²) |
|--------------------|------------|-----------|---------------|--------------|------------|
| Recepção | 01 | 02 | - | 30 | 30 |
| Sala administração | 01 | 03 | 05 | 15 | 15 |
| Sala núcleo FAS* | 01 | 03 | 05 | 15 | 15 |
| Sala de apoio | 01 | - | 10 | 20 | 20 |
| Almoxarifado | 01 | - | - | 10 | 10 |
| Sanitários | 01 | - | 06 | 20 | 20 |
| TOTAL | | | | 90 | 90 |

*FAS Fundação de Assistência Social, responsável pela integralidade do atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade em Caxias do Sul.



Espaços destinados a vários tipos de apoio e atendimentos necessários às famílias abrigadas

02. APOIO/ACOLHIMENTO *saúde, social, psicológico e jurídico*

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M²) | TOTAL (M²) |
|------------------------------|------------|-----------|---------------|--------------|------------|
| Sala de triagem | 01 | 01 | 05 | 15 | 15 |
| Acompanhamento médico | 01 | 01 | 05 | 15 | 15 |
| Acompanhamento psicossocial* | 02 | 01 | 05 | 15 | 30 |
| Acompanhamento jurídico | 01 | 01 | 05 | 15 | 15 |
| TOTAL | | | | 75 | 75 |

*Acompanhamento psicológico e assistência social

// PROGRAMA DE NECESSIDADES



Afim de promover a inclusão social, o equipamento deve fornecer espaços de atividades socioeducativas, oficinas de geração de renda e entretenimento, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento à comunidade e à cidade. As atividades não se restringem aos abrigados, atendendo também a comunidade local, conforme necessidade.

03. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M ²) | TOTAL (M ²) |
|--------------------------------------|------------|-----------|---------------|---------------------------|-------------------------|
| Salas multifuncionais* | 04 | - | 60 | 60 | 240 |
| Sala reforço escolar / alfabetização | 01 | - | 20 | 40 | 40 |
| Espaço biblioteca + informática | 01 | 03 | 30 | 150 | 150 |
| Sanitários | 01 | - | 06 | 20 | 20 |
| TOTAL | | | | | 450 |

*As salas multifuncionais possuirão fechamentos flexíveis, permitindo sua expansão e alteração do layout. Servirão para oficinas de geração de renda e entretenimento (arte/música/dança) e também como espaços de aprendizagem (debates, palestras e capacitações).



O setor de serviços conta com espaços de apoio destinados às necessidades das famílias e atividades do equipamento.

04. SERVIÇOS

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M ²) | TOTAL (M ²) |
|------------------------------|------------|-----------|---------------|---------------------------|-------------------------|
| Cozinha | 01 | - | - | 25 | 25 |
| Refeitório* | 01 | - | 40 | 50 | 50 |
| Depósito/Estoque mantimentos | 01 | - | - | 20 | 50 |
| Depósito pertences** | 01 | - | - | 450 | 450 |
| TOTAL | | | | | 575 |

* A cozinha e o refeitório não atenderão diariamente, visto que as habitações possuem cozinhas individuais. Esses espaços serão atendidos por emergências e refeições para as atividades complementares do equipamento. Também podem-se abrir à comunidade, para cursos de culinárias e festejos, otimizando o uso da infraestrutura oferecida

** Espaço destinado às famílias abrigadas guardarem com segurança alguns móveis ou objetos que possuíam em suas residências e gostariam de levar à sua nova habitação pós-abrigo.



Devido à falta de oferta de espaços público nas proximidades, o equipamento visa promover o bem-estar dos abrigados, através da proposição de espaços de convivência e recreação. Além disso, é proposto um espaço aberto público de lazer, que também serve de suporte às atividades oferecidas.

05. LAZER E CONVIVÊNCIA

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M ²) | TOTAL (M ²) |
|-------------------------------|------------|-----------|---------------|---------------------------|-------------------------|
| Áreas de convivência | 04 | - | 60 | 60 | 240 |
| Área recreativa para crianças | 01 | - | 20 | 40 | 40 |
| Praça / Espaço público | 01 | - | - | 1000 | 1000 |
| TOTAL | | | | | 1280 |



As unidades habitacionais que abrigarão as famílias foram classificadas em 03 tipologias, para atender a diferentes configurações dos núcleos familiares'. Além disso, uma lavanderia coletiva atenderá todas as unidades.

06. HABITAÇÕES

| PROGRAMA | QUANTIDADE | POP. FIXA | POP. VARIÁVEL | PARCIAL (M ²) | TOTAL (M ²) |
|-------------------------------|------------|-----------|---------------|---------------------------|-------------------------|
| Tipologia A - 01 a 02 pessoas | 10 | - | 02 | 30 | 300 |
| Tipologia B - até 04 pessoas | 35 | - | 04 | 40 | 1400 |
| Tipologia C - 05 a 06 pessoas | 15 | - | 06 | 50 | 750 |
| Lavanderia coletiva | 01 | - | 20 | 30 | 30 |
| TOTAL | | | | | 2480 |

01 + 02 + 03 + 04 + 05 + 06

DEMANDA TOTAL 4890 M²



PERFIL SOCIOECÔNOMICO

O complexo destina-se prioritariamente a todas as pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Os requisitos para identificação dessa vulnerabilidade seguem os mesmos utilizados pelo Cadastro Único, o qual somente estão inscritas famílias brasileiras de baixa renda que possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. No município, o total de famílias inscritas no CadÚnico em 2016 é de 21.357 e 13.330 no programa Bolsa Família. As famílias impactadas pela ocorrência de desastres naturais que possuam condições financeiras de se reestabelecer não necessitarão fazer uso do complexo habitacional, deixando espaço à população mais vulnerável da cidade.

PERFIL DOS USUÁRIOS

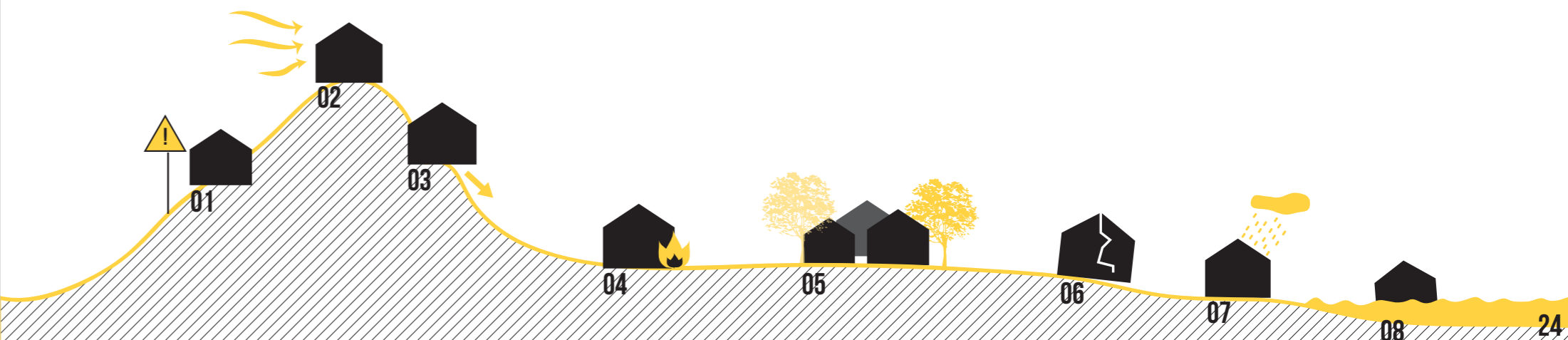
O complexo, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, atende prioritariamente as demandas:

1. Desabrigados/desalojados pela ocorrência ou ameaça de desastres naturais
2. Regularização Fundiária: os processos de qualificação urbana de assentamentos precários são uma ótima alternativa para solucionar problemas socioambientais enfrentados pelo município, porém, eventualmente, algumas remoções são necessárias para dar lugar às melhorias ou para garantir a segurança de todos.

TEMPO MÁX. DE PERMANÊNCIA



DEMANDAS POR ABRIGO:



// DEFINIÇÕES GERAIS

DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS E PADRÕES PRETENDIDOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O exercício projetual será desenvolvido em nível de anteprojeto arquitetônico dividido em três escalas de intervenção:

01. QUALIFICAÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

O partido busca qualificar parte de um complexo industrial subutilizado, promovendo a restauração da edificação e sua adequação para as atividades propostas. Apesar de não possuir qualidade arquitetônica relevante, parte-se do pressuposto de que a edificação possui valor simbólico-imagético, decorrente do seu uso, visto que o complexo industrial da Madeireira Madezatti foi, por muitos anos, uma das pelas estruturantes das relações econômicas e socio-culturais no bairro e na cidade.

02. HABITAÇÕES

A proposta envolverá a construção de habitações permanentes, como forma de abrigo temporário dedicado às pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional, desabrigadas ou desalojadas.

03. URBANO

A intervenção, inserida em malha antiga e quarteirão superdimensionado da cidade, pretende reconfigurá-lo e qualificá-lo através da proposição da abertura de via peatonal, que se tornará importante conexão entre as ruas, facilitando a acessibilidade ao complexo. Além disso, é proposta a disponibilização de área verde-praça, voltada não só para ao complexo proposto, como também para a comunidade do bairro.

AGENTES DE INTERVENÇÃO

O investimento mais provável para viabilização e implantação do equipamento partiria, em primeiro plano, da Prefeitura de Caxias do Sul, visto que historicamente o município apresenta uma demanda para isso. O complexo possuiria parceria com a Fundação de Assistência Social, que recebe verbas do município para reverter em melhorias no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A FAS, atualmente, com sede no centro de Caxias do Sul possuiria espaço adequado no complexo, sendo responsável pela administração do mesmo. A viabilização das atividades complementares propostas se daria pela parceria com voluntários, prática já existente na FAS. Recursos, em segundo plano, poderiam ser viabilizados pela parceria com a indústria, onde será implantado o equipamento, visto que a intervenção visa resgatar parte da sua história e estimula a ocupação semelhante da sua área remanescente.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Levando em consideração o valor do CUB de 2017:

//categoria PIS - Projeto de Interesse Social (R\$ 967,09/m²) para habitações
//categoria GI - Galpão Industrial (R\$ 746,60/m²) para a revitalização do espaço industrial

E dadas as áreas:
// habitações: 4.890m²
// galpão coletivo: 2.550m²

O valor estimado para a construção do complexo habitacional é de R\$ 6.595.570,00. As áreas de espaço público aberto não foram inclusas no orçamento.

REPRESENTAÇÃO

O desenvolvimento detalhado da proposta de intervenção e edificações será apresentado através dos seguintes instrumentos:

// diagramas conceituais, explicativos e construtivos
// localização e implantação
// planta baixa de todos pavimentos relevantes
// cortes
// elevações
// detalhes construtivos
// perspectivas internas e externas
// maquete

PLANO DIRETOR

1. ZONEAMENTO URBANO
// ZR3 - Zona Residencial 03, destinada aos espaços urbanos adequados à densificação, tendo como função dar suporte ao uso residencial e atividades complementares à habitação;

2. ATIVIDADES PERMITIDAS
// Habitações: unifamiliar, coletivas verticais/horizontais e transitórias
// Serviços de ensino, bibliotecas, universidades, creches, etc
// Esporte e Lazer

3. ÍNDICES
// IA: 2,4 para habitações e 1,2 para demais usos
// T0: 60% para habitações e 80% demais usos
// Altura: 1,5 x (L+ AF)
// Afastamento lateral: 2+ (H-L) / 5
// Taxa de Permeabilidade: 20%

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES
§ 1º Empreendimentos de caráter social fruto de políticas públicas de habitação terão seus projetos analisados pela Secretaria de Planejamento Municipal, que, mediante parecer técnico fundamentado, indicará a viabilidade ou não de construção, considerando a infraestrutura presente no local, os impactos gerados, e a possibilidade de mitigação por parte do empreendedor.

Capítulo VI - Assistência e Promoção Social

Art. 79. A política municipal de assistência e promoção social, consideradas as possibilidades e limitações reais do Município, prioriza o atendimento à população de risco ou vulnerabilidade social e tem como objetivo instituir programas, visando:

I - promover a proteção e a defesa dos direitos da população; II - realizar ações de promoção à família e de apoio ao desenvolvimento comunitário; III - implementar ações que possibilitem a criação de oportunidades de trabalho e renda à população; IV - incentivar a educação profissional; V - fortalecer e ampliar a rede de responsabilidade solidária para a ação social; VI - promover a inclusão da pessoa portadora de deficiência e de necessidades especiais na família e na comunidade; e VII - promover, no âmbito da Assistência Social, o enfrentamento à violência, à exploração e ao abuso sexual, bem como o atendimento à população de rua, vitimizada ou em conflito com a lei.

// CONDICIONANTES LEGAIS

CÓDIGO DE OBRAS

O município de Caxias do Sul instituiu através da Lei Complementar N°375, de 22 de Dezembro de 2010, o Código de Obras. Esta lei traz algumas observações complementares ao uso de habitações, onde são exigidos alguns requisitos básicos de materialidade e dimensionamento. O projeto, apesar de possuir caráter especial de habitações provisórias de interesse social, seguirá os padrões estabelecidos pelo código.

NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

As obras em Caxias do Sul são analisadas ambientalmente por uma equipe da secretaria, com vistas à concessão de licenças e isenções conforme a atividade a ser executada. A avaliação técnica assegura o adequado tratamento do impacto ambiental de cada empreendimento.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Não há código de proteção contra incêndio próprio de Caxias do Sul, portanto foi consultada a Lei Complementar N° 14.376, de 26 de dezembro de 2013 (atualizada em 16/03/2015). Esta lei estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios no Rio Grande do Sul. Com base na lei, a edificação proposta, considerando os requisitos de altura, área construída, ocupação e uso e grau de risco, afirma-se que o equipamento deve possuir: segurança estrutural contra incêndio, saídas de emergência, plano de emergência, iluminação de emergência, alarmes de incêndio, sinalizações de emergência, extintores e hidrantes. Todos os requisitos necessários serão levados em consideração no projeto conforme seu grau de risco referente às diferentes atividades propostas.



“Habitação não é apenas um refúgio para se proteger do meio ambiente, das intempéries, mas uma ferramenta para superar a pobreza”
Alejandro Aravena

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço imensamente a toda Equipe GRID (Gestão de Riscos de Desastres), por todo aprendizado e competência transmitidos nesses anos de trabalho. Sem a contribuição de vocês, esse trabalho não seria possível. Em especial a Eloisa Giazzon, a qual tenho grande admiração e carinho, pela constante troca de conhecimentos e apoio durante a execução desse trabalho

// FONTES DE INFORMAÇÕES

LEGISLAÇÃO

Caxias do Sul. Lei Complementar Nº 290, de 24 de setembro de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Caxias do Sul.

Caxias do Sul. Lei Complementar Nº 99, de 09 de dezembro de 1999. Institui as Áreas de Habitação de Interesse Social (AHIS).

Caxias do Sul. Lei Nº 5.390, de 2 de maio de 2000. Cria o Programa de Regularização Fundiária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. “Plano Municipal de Redução de Risco para o Município de Caxias do Sul.” Caxias do Sul. Novembro de 2006.

PUBLICAÇÕES

CORRÊA, Gabriela O. “Industrialização e Sub-habitação em Caxias do Sul. Artigo do Núcleo de Pesquisa Estudos Urbanos - UCS. Caxias do Sul: UCS, 2011.

FINGER, Felipe Cemin. HABITAÇÃO EM CAXIAS DO SUL: Uma estratégia de intervenção nas áreas de risco. 2014. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GIAZZON, E. M. A. Caracterização e Intervenções em Núcleos de Subabitação no Município de Caxias do Sul. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental da Universidade da Região de Joinville – UNIVALLE. 2002.

GIAZZON, E. M. A. Identificação de Práticas Recomendadas em Processos de Qualificação Urbana sob a Ótica da Gestão de Risco: Experiência de Caxias do Sul/RS. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre.

NUNES, Maria F. O.; FISHER, Vera L. B.; ROSSI, Carolina V. “Urbanização e Expansão Industrial em Caxias do Sul”. Artigo publicado no XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ENANPUR, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Ministério das Cidades. Hierarquização ‘dos Assentamentos Subnormais. Caxias do Sul. 2004.

MÍDIA / WEBSITES

JORNAL PIONEIRO. <[www.http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/](http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/)>
CAMARA VEREADORES <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/>>
PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL <<https://www.caxias.rs.gov.br/>>



Aluno - Histórico Escolar
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Portal de Serviços

Histórico Escolar

TAINARA COMIOTTO
 Cartão 220366

Vínculo em 2017/2

Curso: ARQUITETURA E URBANISMO
Habilitação: ARQUITETURA E URBANISMO
Currículo: ARQUITETURA E URBANISMO

HISTÓRICO ESCOLAR

Lista das atividades de ensino de graduação cursadas pelo aluno na UFRGS

| Ano Semestre | Atividade de Ensino | Turma | Conceito | Situação | Créditos |
|--------------|--|-------|----------|----------|----------|
| 2017/1 | TÉCNICAS RETROSPECTIVAS | B | A | Aprovado | 4 |
| 2017/1 | CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA | U | A | Aprovado | 2 |
| 2017/1 | URBANISMO IV | B | B | Aprovado | 7 |
| 2017/1 | PROJETO ARQUITETÔNICO VII | B | A | Aprovado | 10 |
| 2016/2 | CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES URBANOS | U | A | Aprovado | 4 |
| 2016/2 | PROJETO ARQUITETÔNICO VI | A | A | Aprovado | 10 |
| 2016/2 | URBANISMO III | B | A | Aprovado | 7 |
| 2016/2 | PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA | A | A | Aprovado | 4 |
| 2016/2 | LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA | U | B | Aprovado | 2 |
| 2016/2 | PRÁTICAS EM OBRA | E1 | B | Aprovado | 4 |
| 2016/1 | ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B | U | A | Aprovado | 4 |
| 2016/1 | PROJETO ARQUITETÔNICO V | C | C | Aprovado | 10 |
| 2016/1 | ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO | A | B | Aprovado | 4 |
| 2015/2 | ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A | U | A | Aprovado | 4 |
| 2015/2 | TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II | A | B | Aprovado | 2 |
| 2015/2 | URBANISMO II | B | B | Aprovado | 7 |
| 2015/2 | ACÚSTICA APLICADA | A | A | Aprovado | 2 |
| 2015/2 | TÓPICOS ESPECIAIS EM PROJETO ARQUITETÔNICO I-B | U | B | Aprovado | 4 |
| 2015/1 | ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A | U | A | Aprovado | 4 |
| 2015/1 | TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C | A | B | Aprovado | 4 |
| 2015/1 | PROJETO ARQUITETÔNICO IV | D | A | Aprovado | 10 |
| 2015/1 | URBANISMO I | B | A | Aprovado | 6 |
| 2014/2 | MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA | B | B | Aprovado | 4 |
| 2014/2 | ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS | U | B | Aprovado | 4 |
| 2014/2 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A | U | A | Aprovado | 4 |
| 2014/2 | HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES | B | B | Aprovado | 4 |
| 2014/2 | PAISAGISMO E MEIO AMBIENTE | U | A | Aprovado | 2 |
| 2014/1 | ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES | U | A | Aprovado | 4 |
| 2014/1 | TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B | U | B | Aprovado | 4 |

P1



Residência Unifamiliar - Vila Assunção - Porto Alegre
 Professor: Luís Henrique Hass Lucas
 2013/1

P2



Vila Tronco - Anexo à creche Sonho Meu + Instituto de Integração Social
 Professor: Fernando Fuão
 2013/2

P3



Edifício de Uso Misto - Porto Alegre // Parceria: Philippo Chies
 Professores: Douglas Vieira de Aguiar e Renada Santiago Ramos
 2014/1

P4



Hostel Ramiro 1345 - Porto Alegre
 Professor: Leandro Manenti
 2015/1

Aluno - Histórico Escolar

| Ano Semestre | Atividade de Ensino | Turma | Conceito | Situação | Créditos |
|--------------|--|-------|----------|----------|----------|
| 2014/1 | PROJETO ARQUITETÔNICO III | B | A | Aprovado | 10 |
| 2014/1 | TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO | A | A | Aprovado | 4 |
| 2014/1 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B | B | B | Aprovado | 2 |
| 2013/2 | EVOLUÇÃO URBANA | A | A | Aprovado | 6 |
| 2013/2 | RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS | B | B | Aprovado | 4 |
| 2013/2 | TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A | U | B | Aprovado | 4 |
| 2013/2 | PROJETO ARQUITETÔNICO II | D | A | Aprovado | 10 |
| 2013/2 | DESENHO ARQUITETÔNICO III | A | A | Aprovado | 3 |
| 2013/2 | INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A | B | B | Aprovado | 2 |
| 2013/1 | MECÂNICA PARA ARQUITETOS | A | B | Aprovado | 4 |
| 2013/1 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III | B | B | Aprovado | 2 |
| 2013/1 | ARQUITETURA NO BRASIL | A | A | Aprovado | 4 |
| 2013/1 | TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I | B | B | Aprovado | 2 |
| 2013/1 | PROJETO ARQUITETÔNICO I | B | A | Aprovado | 10 |
| 2013/1 | DESENHO ARQUITETÔNICO II | A | A | Aprovado | 3 |
| 2013/1 | INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II | B | A | Aprovado | 3 |
| 2012/2 | CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS | U | A | Aprovado | 6 |
| 2012/2 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II | B | B | Aprovado | 2 |
| 2012/2 | LINGUAGENS GRÁFICAS II | C | B | Aprovado | 3 |
| 2012/2 | DESENHO ARQUITETÔNICO I | C | A | Aprovado | 3 |
| 2012/2 | INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I | C | A | Aprovado | 3 |
| 2012/2 | INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II | B | B | Aprovado | 9 |
| 2012/2 | PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO | A | B | Aprovado | 2 |
| 2012/1 | HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I | A | A | Aprovado | 2 |
| 2012/1 | LINGUAGENS GRÁFICAS I | A | B | Aprovado | 3 |
| 2012/1 | GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA | A | A | Aprovado | 4 |
| 2012/1 | MAQUETES | A | B | Aprovado | 3 |
| 2012/1 | TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA | C | A | Aprovado | 3 |
| 2012/1 | INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I | A | A | Aprovado | 9 |

TRABALHO DE CONCLUSÃO

| | |
|---|--------------------------------------|
| Atividade de Ensino: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO | |
| Área de Atuação: ARQUITETURA E URBANISMO | |
| Título: Habitar Transitório: um suporte à vulnerabilidade habitacional e ao impacto dos desastres - Caxias do Sul/RS | |
| Período Letivo de Início: 2017/2 | Período Letivo de Fim: 2017/2 |
| Data de Início: 28/08/2017 | Data de Fim: 27/01/2018 |
| Tipo de Trabalho: Trabalho de Diplomação | |
| Data Apresentação: 27/01/2018 | |
| Conceito: - | |

P4



Reforma Apartamento - Porto Alegre
Professores: Leandro Manenti
2015/1

P5



Estação Intermodal FIERGS - Porto Alegre
Professor: Betina Martau, Luis C. Macchi e Sérgio Marques
2016/1

P6



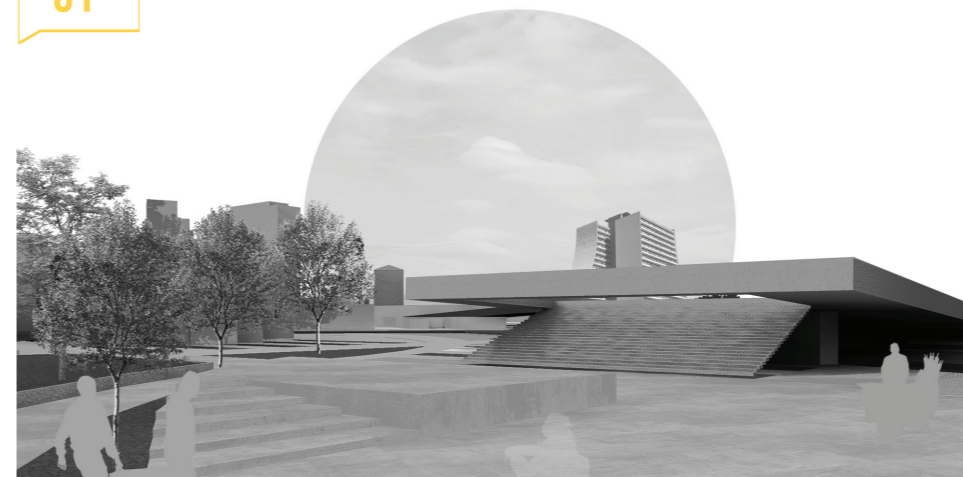
Nova Sede ADVB - Porto Alegre // Parceria: Debora Boniatti
Professores: Claudio Calovi, Glênio Boher, Silvio Abreu e Leonora Romano
2016/2

P7



Casa - com princípio sustentáveis e transportável // Parceria: Debora Boniatti
Professores: Carlos Bahima, Humberto Palermo e Silvia Morel
2017/1

U1



Requalificação Largo Zumbi dos Palmares - Porto Alegre
Professor: Paulo Reyes // Parceria: Maurício Schavinski
2015/1

U2



Loteamento Passo das Pedras- Porto Alegre
Professor: Alice Rauber, Clarice Maraschin, Julio Celso Vargas e Joel Outtes
2015/2 // Parceria: Guilherme Silva e Mauricio Schavinski

U3



Vila dos Pescadores - Tapes // Parceria: Debora Boniatti
Professores: Leandro Andrade e João Rovatti
2016/2

U4



Requalificação entorno da Rodoviária - Porto Alegre
Professores: Gilberto Cabral, Heleniza Campos e Inês Martina Lersch
2017/1 // Parceria: Carolina Ongaratto, Debora Boniatti e Luzia Zalamea

